

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº **296/2025** e Projeto de Lei nº **315/2025**

AUTORA: Deputada **PROFESSORA JANAD VALCARI**

COAUTOR: Deputado **CLEITON CARDOSO**

ASSUNTO: Dispõe sobre a afixação de informativo em unidades hospitalares comunicando o direito de permanência de pai, mãe ou responsável legal junto à criança ou adolescente durante o período de internação.

RELATOR: Deputado **JORGE FREDERICO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº **296/2025**, de autoria da Deputada **PROFESSORA JANAD VALCARI** que “Dispõe sobre a afixação de informativo em unidades hospitalares comunicando o direito de permanência de pai, mãe ou responsável legal junto à criança ou adolescente durante o período de internação.”.

Por versar sobre matéria análoga à desta propositura, o Projeto de Lei nº **315/2025**, de autoria do Deputado **CLEITON CARDOSO**, foi apensado a este processo nos termos do art.128, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Aduz a Autora que o acompanhamento familiar durante a internação hospitalar de crianças e adolescentes é fundamental para o bem-estar físico e emocional dos pacientes, contribuindo significativamente para a sua recuperação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) assegura o direito à permanência de um dos pais ou responsável legal junto à criança ou adolescente durante todo o período de internação, reconhecendo a importância do vínculo afetivo nesse momento delicado.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete a análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

II – VOTO

Esta proposta estabelece a obrigatoriedade da afixação de informativo nas unidades hospitalares, públicas e privadas, comunicando o direito de permanência do pai, da mãe ou do responsável legal junto à criança ou adolescente durante todo o período de internação.

Todavia, ressalta-se que no nosso ordenamento estadual já existe lei que trata sobre o assunto, a Lei nº 4.089, de 28 de dezembro de 2022, que “Torna obrigatória a afixação da relação dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados, de seus pais e acompanhantes, em estabelecimentos hospitalares do Estado do Tocantins.”, sendo que a proposta não inova em nada o ordenamento jurídico, ficando, portanto, prejudicada.

Assim, nos termos do artigo 148, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, considera prejudicada a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma Sessão Legislativa, **ou transformado em diploma legal.**

Ante o exposto, estando a propositura prejudicada em virtude de Lei estadual com mesmo propósito ao projeto em comento, **VOTO pelo ARQUIVAMENTO** dos Projetos de Lei nºs **296/2025 e 315/2025.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2025.



Deputado JORGE FREDERICO

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a)
Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) JORGE FREDERICO....
referente ao(a) PL 296/2025

Encaminhe-se(ao) ARQUIVO

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2025


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS PRESENTES	MEMBROS SUPLENTE PRESENTES
Dep. VALDEMAR JÚNIOR (X)	Dep. JORGE FREDERICO ()
Dep. LEO BARBOSA (X)	Dep. OLYNTHO NETO (X)
Dep. CLAUDIA LELIS (X)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO (X)
Dep. GUTIERRES TORQUATO (X)	Dep. GIPÃO (X)
Dep. MOISEMAR MARINHO (X)	Dep. MARCUS MARCELO (X)